

As fronteiras entre História e Literatura: possibilidades e potências da escrita de mulheres africanas como fonte para a historiografia

Thalia Faller

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista DS/CAPES

Renato Vieira Boy

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resumo

Os debates sobre as fronteiras entre História e Literatura não são novos. Contudo, tão pouco perderam sua relevância de reflexão para as historiadoras/res que tomam a literatura como evidência para produzir o saber histórico. Além disso, a literatura das mulheres africanas traz para o debate como utilizar estas produções na História para compreender as especificidades de diferentes mulheres no continente africano, seus diálogos e circulações de pensamentos e experiências em África e na diáspora. A vista disso, o objetivo deste trabalho é discutir sobre as fronteiras entre História e Literatura, através de referências bibliográficas, refletindo brevemente sobre as possibilidades de abordagens metodológicas referentes ao uso da literatura escrita por mulheres africanas como fonte para a História. Compreende-se que as fronteiras são necessárias porque criam identidades, demarcam as especificidades e diferenças construídas através da historiadora. É por meio das experiências, observações e análises da autora e do autor que um texto literário é composto. As escritoras africanas são intelectuais que observam seu mundo em uma perspectiva que se alimenta também do passado, da história, e a partir disso escrevem suas críticas, centradas em problemas de seus locais em África e nas diásporas. Conclui-se que o texto da História convida a quem lê a sair dele, verificar, contestar e modificar. A Literatura, por sua vez, é um documento para a historiadora/or que diz sobre experiências humanas no tempo, suas materialidades, sentidos e usos. Ela também é uma maneira de subversão, encontro de outras maneiras de pensar o mundo e resistência ativa.

Abstract

The debates about the boundaries between History and Literature are not new. However, they have not lost their relevance of reflection for historians who take literature as evidence to produce historical knowledge. Moreover, the literature of African women brings to the debate how to use these productions in History to understand the specificities of different women in the African continent, their dialogues and circulation of thoughts and experiences in Africa and in the Diaspora. In view of this, the aim of this paper is to discuss about the borders between History and Literature, through bibliographical references, reflecting briefly on the possibilities of methodological approaches concerning the use of literature written by African women as a source for History. It is understood that borders are necessary because they create identities, demarcate the specificities and differences constructed through the historian. It is through the experiences, observations, and analyses of the author that a literary text is composed. African women writers are intellectuals who observe their world from a perspective that also feeds on the past, on history, and from this they write their critiques, centered on problems of their places in Africa and the diasporas. We conclude that the text of History invites the reader to step out of it, to verify, contest, and modify. Literature, in turn, is a document for the historian that tells about human experiences in time, its materialities, meanings, and uses. It is also a way

of subversion, a meeting with other ways of thinking about the world, and active resistance.

Introdução

Buchi Emecheta (2017) em “As alegrias da maternidade” investe em uma narrativa protagonizada por uma mulher igbo, Nnu Ego, na Nigéria da primeira metade do século XX. Filha de um importante chefe local em Ibuza, Nwokocha Agbadi, ela sai de sua comunidade tradicional para a cidade de Lagos, atravessada pelas mudanças forçadas do colonialismo. Em Lagos, Nnu Ego e a família que constrói deparam-se com experiências em que são racializadas e, portanto, tratadas de maneira desigual pelo mundo dos colonizadores. Nesse cenário, o marido de Nnu Ego, Nnaife Owulum, trabalha lavando roupas para os brancos e procura sustentar uma masculinidade construída em sua cultura que precisa lidar com as contradições e perdas de poderes frente ao universo da masculinidade de uma cultura não-africana.

Buchi Emecheta não apenas desenvolve críticas sobre o colonialismo, mas apresenta um olhar sobre a sua própria cultura, também nascida igbo, em um momento de constantes mudanças, encontros e conflitos com diferentes maneiras de pensar o que é mulher, homem, mãe, pai, filho, filha, comunidade, tradição, religião e poder. Em sua literatura, escrita na segunda metade do século XX enquanto morava na Inglaterra (EMECHETA, 2017), Buchi Emecheta pode ser lida como uma fonte histórica que enuncia problemas enfrentados por quem compartilha de sua condição e de suas diferentes identidades: mulher igbo e que vê seu continente também a partir de um olhar de fora dele, construindo uma identidade sobre si que passa por se entender negra, nigeriana e africana.

A ensaística análise anterior se apresenta como uma possibilidade de ler um romance, que se estrutura em um tempo cronológico distante do momento em que a autora escreveu, como um documento para a História que se refere ao presente de Buchi Emecheta. A abordagem se faz mobilizando fronteiras entre Literatura e História e a utilização delas para produzir conhecimento histórico. O objetivo deste artigo, portanto, é discutir sobre as fronteiras entre História e Literatura, através de referências bibliográficas, traçando um caminho de reflexão que leve a pensar que o trabalho realizado nos parágrafos anteriores é uma metodologia possível para a historiografia. Dessa maneira, as reflexões sobre as possibilidades de abordagens metodológicas referentes ao uso da literatura escrita por mulheres africanas como fonte para a História partem da problematização

sobre as fronteiras entre esses conhecimentos. Para isso, é necessário definir qual compreensão de fronteiras se utiliza neste artigo.

De acordo com José de Souza Martins (2009), as fronteiras não se resumem às geográficas. Elas apresentam de diferentes frentes como espacial, temporal, cultural, étnicas. Fronteira é o encontro com aquilo que se é reconhecido como diferente de nós. As fronteiras são dinâmicas e em constantes negociações. Como um constructo social e histórico, não é um elemento natural e criado sem a intervenção humana. As fronteiras, sejam na convergência de grupos humanos, de outras mentalidades, temporalidades e conhecimentos, são produtos da humanidade e devem ser vistas a partir dela.

A partir disso, as fronteiras entre História e Literatura que serão abordadas referem-se à contemporaneidade. O ato de diferenciar o que é de competência de cada área não é uma tarefa que se assemelha à organização de uma gaveta na qual se dispõe as meias coloridas ao lado direito e as brancas à esquerda. Torna-se uma atividade realizada no momento de se construir um conhecimento que se entende uma coisa e não a outra. Assim, é necessário afirmar identidades que são elaboradas a partir de fronteiras que, como citado por meio de Martins (2009), são produzidas através dos entendimentos do que não faz parte do território do qual se pretende falar. As fronteiras aqui, desse modo, são maneiras de abordagens, identidades de conhecimento, construções em movimento em que um olhar se baseia para nomear de qual perspectiva se inscreve.

Para este empreendimento o trabalho se divide em dois momentos: o primeiro tópico está direcionado a apresentar debates sobre as fronteiras entre História e Literatura. A pergunta mobilizadora é “o que difere uma da outra?”; no segundo momento, desenvolve-se uma breve reflexão sobre a possibilidade metodológica da utilização destas fronteiras na análise das literaturas africanas escrita por mulheres a partir de casos já realizados. Por fim, nas considerações finais, os elementos principais do artigo são ressaltados e, mais do que apontar respostas, compreende-se que este debate, apesar de não ser algo novo para a História, é pertinente para o fazer historiográfico que toma como referência da realidade a Literatura, e especificamente neste estudo, a escrita de mulheres negras do continente africano e das diásporas.

Fronteiras entre História e literatura: o real e o imaginário?

A questão sobre as fronteiras entre a História e a Literatura, de acordo com Antonio Celso Ferreira (2009), não geram mais polêmicas. A produção da História, área de conhecimento e profissionalização, em diferentes momentos levou historiadores e historiadoras a perguntarem quais as diferenças entre o texto produzido pela historiografia e o da ficção. Lugar no qual veio outras como: o que se cria em História é apenas um outro gênero textual ou está alicerçado em bases e motivações que vão além da classificação de um tipo de texto? O que pode ser feito com a Literatura e a sua utilização da História como um instrumento para falar do real?

A História e a Literatura, para Márcia Valéria Zamboni Gobbi (2004), não são facilmente colocadas em lugares opostos em que é possível verificar as influências e reproduções a partir de um método de laboratório. A Literatura está inserida em um tempo e lugar que localiza o autor ou a autora em atuação e interação com o seu meio. A história vai fazer parte da ficção, ela é ponto de partida do fazer artístico “(...)que corresponderia, portanto, à configuração estética do mundo: por meio de instrumentos expressivos adequados, o escritor cria um sistema simbólico de representação da realidade” (GOBBI, 2004, p. 37).

De antemão, é oportuno evidenciar que a história não é propriedade dos historiadores e historiadoras. Caroline Silveira Bauer e Fernando Felizardo Nicolazzi (2016) ao realizarem um ensaio sobre o historiador e o falsário, em que as reflexões sobre os usos políticos do passado é um meio de compreender aquele que mente a partir da história, ou seja, que forja sua imaginação por meio da veracidade histórica, e sua relação ou distanciamento dos e das historiadoras, salientam que

O saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores, como se eles possuíssem alguma cláusula pétrea que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar a partir da história, todos os outros sendo meros amadores ou, pior, “apenas jornalistas”. (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 818)

Portanto, ainda de acordo com os historiadores, a função social do historiador e da história são diferentes. O/A historiadora exerce um ofício, legitimado e autorizado pelos pares, passa pela formalização, obtêm diplomas e respeita os protocolos teóricos-metodológicos¹. Já a história é uma

¹ Voltaremos ao tema em breve.

narrativa sobre a humanidade no tempo atravessada por múltiplos discursos como a literatura. Dessa maneira, ao pensar as fronteiras entre História e Literatura não se impõe que o passado deve ser um objeto de exclusividade daqueles que ocupam a autoridade do conhecimento produzido pela historiografia.

Delimitando as fronteiras entre História, acadêmica, e da Literatura, mais do que pontuar o que é propriedade de um ou de outro a intenção é trazer para o debate uma questão que não é nova, mas necessária para aqueles e aquelas que tomam a Literatura como uma fonte histórica. A função do historiador e da historiadora não consiste em julgar, no caso do texto literário, se o que está escrito, muitas vezes baseado em interpretações do passado, é verdade ou mentira, mas compreender o documento como um representante da realidade a qual se quer investigar. Assim, as fronteiras que se procura visualizar neste artigo dimensionam os problemas a serem enfrentados por quem escreve História. Cuidamos, então, para que o debate não se torne um campo de batalha sobre quem traz a verdade e deve ser ouvido, batalha essa que retira o foco de outras disputas nas quais o historiador e a historiadora devem se arriscar.

À vista disso, é pertinente pensar o uso da Literatura como fonte histórica porque compreende-se que é a partir da leitura de um texto literário como possível de dizer sobre um tempo que o historiador e a historiadora necessitam demarcar lugares. Assim, considera-se como ponto de partida o argumento posto por Sandra Pesavento (2003): a História e a Literatura são formas de dizer sobre o real. Entender a Literatura como uma fonte histórica significa pensar que ela carrega uma realidade, a do tempo que foi escrita, tornando-se uma possível mediadora entre a historiadora e o historiador e outras realidades humanas estruturadas no tempo.

Para Ferreira (2009),

(...) nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos homens e mulheres no tempo. (FERREIRA, 2009, p. 61)

As múltiplas leituras, citadas anteriormente, utilizadas pelos historiadores e historiadoras, que Ferreira (2009) apresenta como marco nos debates historiográficos a terceira geração dos Annales e sua expansão do entendimento sobre fontes históricas, sugere que para compreender a

literatura como um vestígio, capaz de se tornar evidência e, portanto, uma fonte histórica (DE LUCA, 2020), parte-se da premissa de que a Literatura possui marcos de historicidade. Dessa maneira, carrega uma ficção, feita pela imaginação e criação de quem escreve, que diz para além do que está posto, dimensionando conflitos, interpretações e angústias, que de acordo com Sidney Chalhoub (2009), estão inseridos em experiências coletivas. Ainda para Chalhoub (2009), a literatura como uma fonte para a História deve ser lida lentamente, analisando cenários, personagens, perfazendo o caminho das narrativas, para compreender o que se quer dizer sobre uma época por meio de um universo criado pela autora ou autor.

De acordo com Krzysztof Pomian (2003), é tendência caracterizar uma narrativa de ficção negando a ela qualquer relação com a realidade. É possível realizar o que o autor descreve como uma ficção pura, não sendo capaz de localizá-la em um tempo? Para Pomian (2003), a obra pode não referenciar um real, mas ele está lá. “(...)A partir do momento em que ela aspira se inscrever na realidade, ela só pode escolher uma das modalidades acessíveis ao conhecimento à nossa disposição” (POMIAN, 2003, p. 18). À vista disso, uma vez que uma obra literária pretende basear o romance em uma realidade ela precisa conversar com o conhecimento do leitor ou da leitora para se tornar compreensível e significativa.

A imaginação e a criatividade utilizada na Literatura se relacionam com uma realidade. De certa forma, de acordo com Pomian (2003), um romance pode se alimentar de diferentes gêneros, como histórico, realista, psicológico, e trazer dados de diferentes áreas do conhecimento, já que para falar sobre uma realidade é necessário mobilizar referenciais de conhecimento. No caso do passado como plano de fundo ou protagonista de um texto literário, o saber histórico é buscado, seja a História ou as memórias coletivas e individuais. A Literatura “(...)precisa, portanto, da história; a imaginação do conhecimento, e a ficção, da verdade. Seria recíproco?” (POMIAN, 2003, p.18).

Para Ferreira (2009), não há uma definição a-histórica sobre o que significa um texto ser literário. Diante disso, é pertinente compreender a obra no meio no qual ela está inserida, dentro das concepções de quem a produziu. É fazer, segundo Chalhoub (2009), o caminho de produção da obra, perguntas necessárias a qualquer fonte histórica: quem a produziu? quando? por quê? para qual público se destina e quais os olhares do autor ou autora sobre sua produção? Em outras palavras, para reconhecer uma obra como literária é necessário avaliá-la de acordo com o tempo em que foi produzida e diferenciá-la de outros gêneros textuais, já que para cada fonte histórica há

metodologias de intervenção. Assim, também cabe a historiadora e historiador definir as fronteiras entre o documento escolhido, a Literatura, e aquilo que vai produzir a partir dela, a História. É o que afirma Pomian (2003) em sua discussão sobre História e ficção citada a seguir.

Não há História sem a consciência de uma fronteira entre o reino da realidade e o reino em que a ficção exerce poderes. Fronteira móvel, com certeza, cuja demarcação, geralmente difícil a estabelecer em todo o seu percurso, impõe aos historiadores uma vigilância extrema e os obriga a reforçar constantemente as defesas. De fato, seria suficiente que essa fronteira se apagasse para que a História, expropriada de sua identidade, se visse anexada, na categoria de uma província subalterna, ao império das belas-letas (...). (POMIAN, 2003, p. 11)

A partir do que escreve Pomian, é plausível chegar a uma pequena conclusão, sondada ao decorrer deste artigo e refletida na introdução: as fronteiras em questão são necessárias porque criam identidades, demarcam as especificidades e diferenças. Se não houvesse fronteiras, como saberíamos o que é a História?

Para pensar as relações entre a narrativa histórica e a literária, segundo Ferreira (2009, p. 77), deve-se levar em consideração as especificidades da primeira, que são, nas palavras do autor, “(...) construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto”. Pomian (2003), complementa e aprofunda as singularidades da História citadas por Ferreira (2009). Conforme o autor,

Considera-se histórica uma narrativa quando ela apresenta marcas de historicidade que certificam a intenção do autor de permitir que o leitor saia do texto e quando essas marcas programam as operações supostamente aptas a permitir a verificação das alegações feitas ou a reprodução dos atos cognitivos dos quais tais alegações são a finalização. (POMIAN, 2003, p. 21)

Desse modo, uma narrativa histórica conduz a leitura para fora do texto no qual o leitor ou a leitora é convidada a refazer os caminhos do historiador ou historiadora. Pomian (2003) é categórico ao afirmar que quando não é possível averiguar as referências e fontes históricas consultadas para a construção das análises expostas estamos diante de uma ficção, já que a Literatura não permite sair do texto e verificar a realidade ou adequação a ela, além de que não convida a quem lê a sair.

Além disso, existem acordos entre leitor/a e quem escreve sobre o que se espera da obra

posta diante dos seus olhos. Quem lê História na contemporaneidade, para Bauer e Nicolazzi (2016), não espera que o historiador minta ou ficcionalize. A licença para criar, mentir e inventar é dada aos escritores e escritoras de Literatura, contanto, já assinalado neste texto, de que seja possível compreender e crer. Logo, existe um “(...) pacto de veracidade mantido entre o historiador ou a historiadora e seu público” (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 810).

As bases nas quais se construiu um pacto de veracidade entre a História e seu público leitor é de que, para Pomian (2003), além de possibilitar que quem lê saia do texto e realize o caminho² historiográfico, o trabalho é exposto a críticas, ao controle e adequação à realidade. Aquilo que ensina Jacques Le Goff (2003) sobre que a produção de História deve ser colocada a análise de seus pares, aberta a mudanças, contestações, argumentos e contra-argumentos. Avisa Pomian (2003) que não são todos e todas que leem um texto de História que irão buscar averiguar sua veracidade. Por outro lado, a possibilidade deve ser levada em consideração e ser um dos princípios éticos do ofício.

De acordo com Sérgio Campos Matos (MATOS, 2015, p. 414), “(...) todos ficcionalizamos o nosso passado(...)”. Diante dessa afirmação é possível dizer que a História, como mais uma das múltiplas maneiras de pensar a humanidade no tempo, utiliza-se da imaginação para interpretar o passado. Contudo, de forma diferente da Literatura.

A ficção, para Pomian (2003, p. 37), é utilizada como recurso com restrições, já que “(...) o passado é sempre fragmentário, lacunar e descontextualizado”. Ao tornar o passado compreensível por meio de intermediários, a História, em sua narrativa, organiza, ordena e dá sentido para elementos dispersos. Consequente, a imaginação é um artifício utilizado explicitamente. Mostra-se o momento que as hipóteses são levantadas, e com cautela, adequa-se a realidade exposta, viável de ser repensada, negada ou substituída na presença de outras fontes históricas ou interpretações. Concorde-se com Pomian (2003) quando ele afirma que na Literatura a estrutura se faz a partir da imaginação. Em História possuímos algumas sustentações imaginadas que não são fixas e que não estruturam os edifícios historiográficos.

² Ao questionar a possibilidade de não se conseguir realizar o caminho, devido às fontes históricas não se encontrarem onde estavam no momento da pesquisa, Pomian (2003) argumenta que, mesmo considerando esses prováveis acontecimentos, o horizonte da possibilidade de verificação do que se está construindo a partir de evidências deve ser um elemento constantemente presente na produção do saber histórico.

O direito de escrever outros mundos e contar as histórias do seu ponto de vista: a literatura escrita por mulheres africanas e das diásporas

Conceição Evaristo (2009), em análise sobre a existência de uma literatura afro-brasileira, critica o discurso, que tende a ser universalizante, construído pela branquitude de que não existe uma literatura negra no Brasil. A literatura brasileira colocada como cânone, utiliza, segundo a autora, de personagens negros e negras para marcar um não-lugar, um espaço em que não possuem voz, desejam ser brancos, se não na aparência, nos gestos, e as mulheres negras são infecundas. Nesse sentido, são entendidas e entendidos na negação, sem fertilidade, criatividade, produção e linhagens. Na contramão, Evaristo (2009, p. 17) expõe que no Brasil há “(...)uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens e mulheres negras”. Um local que se cria maneiras próprias de fazer Literatura e transformá-la em possibilidades para forjar outros imaginários capazes de humanizar, visibilizar e valorizar a população negra.

Evaristo, no mesmo estudo, também apresenta um entendimento que possui sobre a sua condição de mulher negra interessante para a exposição deste artigo. Leiamos na íntegra:

(...)quando escrevo, quando invento, quadro crio a minha ficção, não me desvencilho de um 'corpo-mulher-negra em vivência' e que por ser esse 'o meu corpo, e não outro', vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. (EVARISTO, 2009, p. 18)

Compreende-se, com a escritora, que um corpo está sempre situado em um tempo histórico, espaço e cultura. Como já visto, por meio das experiências, observações e análises da autora e do autor é que um texto literário é composto. Assim posto, se entende que a literatura de mulheres negras, africanas e afro-diaspóricas, pode se tornar uma fonte para o saber histórico que diz sobre uma realidade.

Há duas razões para iniciar este tópico através de uma escritora negra brasileira que fala sobre a literatura negra no Brasil. A primeira se refere ao corpo do qual se anuncia a autora deste artigo e aqui o uso da primeira pessoa fazer-se-á pertinente. Se busco investigar uma literatura produzida por mulheres do continente africano, não deixo de fazer isso como uma pesquisadora

brasileira³. A primeira literatura que chegou até mim foi a de Conceição Evaristo, depois o interesse pelo que dizem as mulheres negras em diferentes lugares do mundo. Meu lugar de fala⁴ parte do Brasil e é onde busco construir saberes com mulheres africanas.

Dessa maneira, as interpretações que faço sobre suas produções não se sobrepõem às suas experiências, pelo contrário, estão em diálogo e abertura para mudanças. Ademais, os problemas das pessoas negras, criadas pela branquitude⁵, no território brasileiro não saem de vista quando penso a África, e sua diversidade, e o recorte para as mulheres. Ao mesmo tempo, a tentativa aqui é articular saberes para que a complexidade do pensamento racial, de acordo com Achille Mbembe (2018), o que forja a modernidade, seja evidenciado e a diversidade de experiências, produzida nas águas do Atlântico, confronte o discurso centrado em uma experiência, a da Europa (LENDER, 2005).

Chega-se à segunda razão de abrir o debate com Conceição Evaristo. Compreendo que existam relações, conexões e diálogos entre conhecimentos produzidos por mulheres negras no Brasil, afro diaspóricas, e mulheres africanas. É preciso deixar marcado que ao desenvolver esse pensamento não nego as suas especificidades. Pelo contrário, há a necessidade de se pensar as suas diferenças situadas para que estereótipos sobre a mulher negra sejam negados (COLLINS, 2019). É indispensável construir outras imagens. O entendimento se alimenta da análise de Mbembe (2018, p. 12) que na modernidade “(...)o negro e a raça têm sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias”. Modernidade, que para Silvio Almeida (2019, p. 24), inicia-se no século XVI e o fenômeno racial a partir de então conecta “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos (...)”.

³ Sigo realizando a mesma colocação já exposta por Cassiano (2021) referindo-se ao seu próprio trabalho.

⁴ O entendimento de lugar de fala parte de Djamila Ribeiro. Ele significa minha consciência de que estou inserida em um determinado lugar, com condições históricas e sociais específicas. Lugar de fala não refere apenas ao lugar geográfico, mas as interseccionalidades que atravessam um corpo e é visto no contexto de construções de saberes baseados na experiência eurocentrada: raça, gênero, orientação sexual, idade e outras categorias manipuladas para oferecer oportunidades ou negar, de maneira geracional, grupos sociais historicamente demarcados. Ver: RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

⁵ Este debate é apresentado de maneira pioneira pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, em 1957 e possui diferentes autores e autoras que podem ser referenciadas. Guerreiro Ramos compreende que o racismo não é um problema da pessoa negra, mas um fenômeno social criado pelos brancos que se auto atribuem uma identidade, a branca também compreendida através do conceito de branquitude. A identidade branca é afirmada em oposição a negra e é um elemento de identificação, privilégios, ou seja, poder. Ver: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957, p. 171-192.

O que ficou conhecido como processos coloniais, impostos pela Europa para o mundo entre os séculos XVI ao XX, atingindo as Américas e a África de diferentes maneiras e contextos históricos, é subsidiado a partir da lógica das raças e da criação de uma identidade branca autodefinida e que define o que está para além do que se entende por nós (KILOMBA, 2019). Assim, de acordo com Frantz Fanon (2008, p. 30), “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. (...) Aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Isso significa dizer que uma das conexões fundamentais entre Conceição Evaristo, que também representa a intelectualidade negra brasileira, e a produção literária de mulheres africanas negras é serem sujeitos raciais (MBEMBE, 2019) constituídas, vistas e observadas a priori dentro de epistemologias do universo da branquitude.

Raça, portanto, é uma categoria de análise necessária, que compõem as experiências compartilhadas entre pessoas do Sul Global⁶. Categoria que não deve ser a única, já que para evidenciar as multiplicidades e fantasias do imaginário branco sobre povos colonizados, a intersecção diversa, como entre gênero, etnia, nacionalidade, classe e idade, é um caminho possível que traça a ação pela autodeterminação e humanização daquelas e daqueles no qual o lugar de não-humano é cotidianamente reinventado. Por fim, “defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas” (FANON, 2008, p. 85).

Para Nana Wilson-Tagoe (2017), a escrita de mulheres africanas não é mera descrição da realidade. Uma proposta de leitura feminista dos textos literários possibilita afirmar as complexidades impressas em múltiplas escritas. A partir disso, é possível revisar concepções que partem de narrativas criadas por homens africanos sobre as mulheres, já que as mulheres escritoras elaboram outras perguntas e compartilham significados diferentes das experiências vividas com homens. Segundo Wilson-Tagoe (2017), quando pensamos em mulheres africanas é preciso entendê-las pelas suas pluralidades, inseridas em distintas culturas. Mover-se com base na pergunta:

⁶ A compreensão de Sul e Norte Global aqui presente se faz para além das posições geopolíticas. Ela se encontra nos debates sobre a produção de conhecimentos e legitimidade de saberes, o que consideramos válido e científico e o que descartamos dentro dos muros acadêmicos centrados nos saberes produzidos no Norte Global, nas produções da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Os termos assinalam campos epistêmicos e um entendimento que há uma desigualdade na construção de conhecimento que pautam experiências como apenas objetos de pesquisa e não produtoras também de conhecimentos outros. Ver: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 16- 27.

quais são as prioridades das mulheres em cada cultura? Relevante, desse modo, compreender gênero com outras categorias citadas pela autora: nacionalidade, raça, etnia, história e classe.

Uma escolha de leitura e análise estratégica das produções literárias das mulheres africanas, de acordo com Wilson-Tagoe (2017), é buscar compreender para além do que está posto, investigando as colocações e sentidos posicionadas em “(...) um mundo centrado na mulher dentro do mundo político, econômico e cultural mais vasto(...)”⁷ (WILSON-TAGOE, 2017, p. 13). A autora argumenta que as mulheres inseridas em um universo masculino e patriarcal dialogam por meio dele, mas questionam e reconstróem a sociedade a partir de suas vivências como mulheres. Ao estudar a escrita de Grace Ogot e Flora Nwapa, a autora visualiza que a partir delas se inicia “(...) uma tradição e valorização da experiência feminina e no processo conseguiram subverter certas definições fixas do sujeito feminino”⁸ (WILSON-TAGOE, 2017, p. 14).

Dessa posição, pode-se retirar o ensinamento metodológico de que uma análise da literatura de mulheres africanas deve partir de questões que buscam entender o texto para além das primeiras aparências. Utiliza-se, então, da ficção posta como oportunidade de se dizer sobre realidades verificáveis pela História: o que esta personagem significa para a autora? Quais críticas ela propõe e problemas sociais ela informa sobre o universo no qual quem escreve está situada? Perguntas que buscam não a afirmação de uma condição de consenso e opressão em estruturas patriarcais, mas de subversão a elas de diferentes formas. Ao invés de mulheres condicionadas a serem mães e esposas, como um fardo, a pergunta que se deve fazer é: como a maternidade e o casamento é percebido e vivenciado por essas mulheres?

Ainda com Wilson-Tagoe (2017), na literatura africana produzida por homens as personagens femininas são retratadas, no mundo fragmentado pela colonização, em condições postas como naturais. Por outro lado, quando são mulheres escrevendo e criando personagens femininas elas são apresentadas em suas complexidades, contradições e estratégias. Além disso, o texto da mulher africana deve ser lido “(...) não como uma polarização de tradições masculinas e femininas, mas como um discurso complexo com vários pontos de intersecção, cruzando-se e interrogando-se continuamente”⁹ (WILSON-TAGOE, 2017, p. 27).

7 A women-centred world within the wider political, economic and cultural world. (tradução nossa).

8 A tradition of appropriating and valorizing female experience and in the process managed to subvert certain fixed definitions of the female subject. (tradução nossa).

9 Not as a polarization of male e female traditions, but as a complex discourse with several intersecting points, criss-

Tathiana Cristina Cassiano (2021), a partir de suas análises da literatura da escritora nigeriana Flora Nwapa, possui como objetivo romper com perspectivas essencialistas e generalizadoras sobre as mulheres africanas com foco nas mulheres igbos, centradas principalmente no sudeste da Nigéria. Para a historiadora, dialogar com a literatura africana é desenvolver um conhecimento partindo de outras epistemes que não as eurocêntricas.

A leitura de Flora Nwapa, para Cassiano (2021), possibilita rever categorias sociais e questionar quais são as diferenças e incompletudes das teorias escritas no Norte Global sobre as mulheres africanas. Assim, a metodologia escolhida pela autora é desenvolver análises a partir das categorias que emergem na literatura e são fontes de evidência das “(...) especificidades de corpos que ocupam espaços e temporalidades plurais” (CASSIANO, 2021, p. 122). De acordo com Cassiano (2021), o texto literário de Flora Nwapa não se apresenta como autobiográfico, mas inspirado nas experiências de sua família e de mulheres com quem conviveu em Ugwuta que não estão presentes na literatura de homens africanos. Por meio de suas vivências individuais e coletivas é possível que a historiadora realize um trabalho que analisa como Flora Nwapa “(...) expressa sua percepção de mundo e sentidos da história por meio das personagens” (CASSIANO, 2021, p. 124).

As impressões, que não são apenas experiências propriamente individuais, se inserem em memórias e realidades coletivas, podem ser visualizadas também nas escritoras nigerianas Buchi Emecheta (2017), “As alegrias da maternidade”, Sefi Atta (2020), “Tudo de bom vai acontecer”, e Ayòbámi Adébáyò (2018), “Fique comigo”. O que se tem, portanto, são intelectuais que observam seu mundo em uma perspectiva que se alimenta também do passado, da história, e a partir disso escrevem suas críticas, centradas em problemas da Nigéria e nas diásporas, criando personagens que questionam suas opressões e exigem ver o continente africano a partir de seus problemas, complexidades e multiplicidades negados pelo imaginário racial.

Iniciou-se com Conceição Evaristo e encerra-se com ela. Na possibilidade de ser questionada se “Becos da Memória” é um livro autobiográfico a autora exprime, no prefácio da terceira edição, o direito da população negra de inventar outros mundos. E continua:

Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são

crossing and interrogating each other continuously. (tradução nossa).

inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço de profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em Becos da Memória é verdade, nada que está narrado em Becos da Memória é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus. (EVARISTO, 2017, p. 11)

O fundamento, a vivência, na qual se inspira a ficção é o que informa que um texto literário é uma fonte para a História. Na intenção de delimitar fronteiras, que dizem sobre a identidade de cada forma de conhecimento, a Literatura e a História, entendê-las como dinâmicas e que mudam de acordo com o ponto de vista de quem as analisa evidencia que no texto literário escrito por pessoas negras, na África e nas diásporas, a criação é uma forma de sobreviver. Ela imprime realidades e atua como ferramenta de imaginários que possibilitam enxergar as pessoas negras para além da identidade negra determinada pela branquitude.

Considerações finais

Ao estudar a Literatura como fonte histórica compreende-se que ela não é um trabalho de História, inserida em suas próprias especificidades que formam a sua identidade, o seu lugar, atribuições e sentidos. No entanto, o exercício é realizado em constante mobilização no encontro, no desconforto de afirmar e dizer o que se é.

O passado e a história não são propriedades de alguém, tampouco instrumentos da historiografia apenas podem ser utilizados por quem se inscreve e utiliza da autoridade desse lugar. Por outro lado, quando se assume que o que se faz é História, as responsabilidades da área de profissionalização devem ser consideradas e o uso da imaginação, que também não é um campo apenas da Literatura, não é descartado, mas usado com atenção e suscetível de mudanças. O texto da História é aquele que convida a quem lê a sair dele, verificar, contestar e modificar. A Literatura é um documento para a historiadora ou historiador que diz sobre experiências humanas no tempo, suas materialidades, sentidos e usos. Ela também é uma maneira de subversão, encontro de outras maneiras de pensar o mundo, resistência, reinvenção e sobrevivência.

A ficcionalização para as mulheres negras africanas e das diásporas é uma forma de construção de dignidade. Assim, o que faremos, como pesquisadoras e pesquisadores de Literatura pelo viés da História, com a criação das autoras? Julgaremos como condizentes ou não com o

contexto histórico ou trataremos elas como uma fonte de análise social e construção teórica e metodológica sobre a realidade que queremos estudar? Em outras palavras, aprenderemos junto com nossas fontes ou imporemos a elas nossas teorias? Nos inscreveremos em um discurso acadêmico eurocentrado ou ajudaremos a construir outras possibilidades de pensamentos a partir da História?

Se o questionamento sobre as diferenças entre História e Literatura não são mais novidade, as perguntas sobre como e o que faremos a partir da Literatura como fonte para a História, mesmo que também não nova, deve constar em nossas reflexões, afinal, se somos mulheres e homens situados questionar qual a influência do nosso meio não é mero modismo acadêmico. É responsabilidade social como sujeitos que contribuem para a constituição de conhecimentos sobre diversas experiências em espaços e tempos distintos.

Referências

ADÉBÁYÒ, Ayòbámi. **Fique comigo**. Porto Alegre: TAG, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ATTA, Sefi. **Tudo de bom vai acontecer**. Porto Alegre: TAG; Editora Record, 2020.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016.

CASSIANO, Tathiana Cristina. História das Áfricas e Literatura: as mulheres igbos na escrita literária de Flora Nwapa. **Revista Transversos**, Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas, Rio de Janeiro, n. 21, p. 114-132, 2021.

CHALHOUB, Sidney. História, literatura e legados historiográficos: entrevista com Sidney Chalhoub. [Entrevista concedida] Claudia Engler Cury, Elio Chaves Flores, Regina Maria Rodrigues Behar. **SAECULUM- Revista de História**, João Pessoa, n. 20, p. 183- 201, jan./jun., 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. Boitempo: São Paulo, 2019.

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: TAG, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17–31, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 61-92.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica. **Itinerários**, Araraquara, n. 22, p. 37-57, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Cobogó: Rio de Janeiro, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 8-23.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras?. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 414-426, abr. 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Proj. História**, São Paulo, n. 26, p. 11-45, jun. 2003.

WILSON-TAGOE, Nana. Reading towards a theorization of African women's writing: African women writers within feminist gynocriticism. In: NEWELL, Stephanie (Org.). **Writing African Women**: gender, popular culture and literature in West Africa. Londres: Zed Books, 2017, p. 11- 28.
Agradecimentos (se necessário)

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de



29/09 A 01/10 DE 2021
ANAIIS DO HISTÓRIA EM DEBATE

n. 1, vol. 4
ISSN 2675-0635

Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.